



GT 043. Memórias Indígenas e experiências de construções

biográficas

João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ) - Coordenador/a, May Waddington Telles Ribeiro (Programa de Pós Graduação em Estado e Sociedade/UFSB) - Coordenador/a, Pablo Antunha Barbosa (UFSB) - Debatedor/a, Pablo Quintero (UFRGS) - Debatedor/a, Rita de Cássia Melo Santos (UFPB) - Debatedor/a

O GT busca reunir pesquisas que apresentem dados e interpretações novas sobre a continuada e persistente presença e protagonismo da população autctone no Brasil no período colonial, no século XIX, na República e na atualidade. Partindo de reflexões teóricas dos campos da antropologia, sociologia, história e estudos literários, intentamos reunir biografias, trajetórias, histórias de vida, autobiografias, etnobiografias, dentre outras modalidades de narrativas biográficas, buscando dar conta das profundas intervenções que estas populações tiveram na constituição da história nacional bem como das modalidades de esquecimento e outrificação de que foram objeto. As mudanças sociais não serão tratadas apenas como fatos políticos e econômicos, mas como fenômenos sociais totais, envolvendo dimensões emocionais e afetivas, explorando aspectos contraditórios e ambíguos nas relações sociais, considerando também os contextos intersocietários e buscando compreender o protagonismo e a agência permanentemente exercida pelos indígenas. O presente GT está relacionado ao desenvolvimento do projeto em rede "Os Brasis e suas Memórias: Os indígenas na formação do Brasil", coordenado por João Pacheco de Oliveira, que articula 22 universidades e que pretende através da elaboração de biografias sobre indígenas construir outras possibilidades de narrativas sobre a História do Brasil e a contemporaneidade dos povos indígenas.

CACIQUE DO POVO AKRĀTIKATĒJÊ: narrativas sobre vida, work e conflitos no território etnicamente configurado

Autoria: Jurandir Santos de Novaes, Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Pretendemos com este artigo refletir sobre registro e a publicização dos discursos biográficos e das narrativas sobre "trajetórias políticas", que perduram na memória social de agentes sociais encetadas por "camponeses", "trabalhadores rurais", "posseiros" e "indígenas" e "extrativistas quebradeiras", e a contribuição para que os personagens saiam da condição de lenda e sejam compreendidos como protagonistas de processos históricos importantes na História política do país, e em especial na memória coletiva de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, no século XXI. A proposta enseja pelo registro em livro da narrativa de Höpnyre Ronore Jopikti Payaré, conhecido e reconhecido como Cacique Payaré, e liderança dos Indígenas AkrātikatĒjê, povo que vive na TI Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará. E se inscreve em um work de pesquisa mais amplo, em que trajetórias individuais vêm sendo acompanhadas e estudadas, desde 2004, no âmbito de pesquisas realizadas por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social, da Amazônia. Revelam situações em que o Estado se configura como partícipe ou como protagonista de situações de conflitos em que os personagens e seus grupos encontram-se envolvidos, e nesta situação, um duradouro e presente conflito desde a expropriação do povo do seu território para dar lugar à construção de Usina Hidrelétrica de Tucuruí nos anos 70/80. Tais situações nos colocarão em diálogo permanente com o pensamento crítico de autores que procuram trazer para a esfera política uma "nova" noção de política e uma "nova" maneira de fazer política, num contraponto à literatura que tradicionalmente classificou como "pré-política" (banditismo, movimento), portanto, reservada aos "excluídos da política", e



concernida a uma sociedade de ranços escravistas e autoritários. (Scott, 2000; 2000, Pudał 2009; Bourdieu, 1996). Ressalta-se o empenho dos irmãos, filhas e filhos, netas e netos do Cacique Payaré a propósito da montagem, publicação e divulgação do livro em publicação. A sua filha, Cacique Tônyre Akâtikatêjê ou Kátia Silene da Costa Valdenilson insere-se nesse work com grande dedicação e contribuições, ao igual que seus filhos.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

